

Partidos tentam antecipar debate no plenário

Porto Alegre — Fotos de Luis Guerreiro/Objetiva Press

BRASÍLIA — As lideranças na Constituinte voltam a se reunir às 11h de hoje para tentar um acordo que permita uma rápida aprovação do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, de modo que a discussão em plenário comece imediatamente.

A ideia das lideranças é obter um acordo pelo qual o anteprojeto seja aprovado sem maiores discussões na Comissão de Sistematização. Assim, essa comissão, que teria prazo para aprovar o anteprojeto até o dia 15, votaria ainda hoje. Com isso, ganham-se alguns dias na tramitação dos trabalhos.

O acordo não foi obtido na noite de ontem devido à oposição do líder do PDS na Câmara, Amaral Neto, que alegava precisar consultar sua bancada. Além disso, o deputado Gastone Righi, líder do PTB, dizia que a antecipação da votação feria o regimento interno da Constituinte.

Houve também atraso do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que não havia apresen-

tado até a noite o seu novo substitutivo ao anteprojeto. Depois de muita discussão, lideranças voltariam a se reunir às 11h de hoje para escolher o anteprojeto que será aprovado na Comissão de Sistematização: se a versão original ou o substitutivo que Cabral apresentará hoje de manhã.

Feito o acordo, a Comissão de Sistematização reúne-se às duas da tarde para referendar o acordo de lideranças. Com isso, o anteprojeto será remetido ao plenário com alguns dias de antecedência para começar a receber emendas de mérito (que mudam o espírito de suas determinações).

A comissão realizou duas reuniões ontem. Na primeira, à tarde, foi discutido o projeto de decisão do senador Iran Saraiva (PMDB-GO), assinado por dezenas de constituintes, propondo a obrigatoriedade da transmissão das votações finais da Constituição pelo rádio e TV. O projeto não chegou nem a ser votado por falta de número. Estavam presentes apenas 44 dos 96 integrantes da comissão.



Pró-Mulher da LBA quer fazer mais duas reuniões até o fim do mês

Sandra quer mudar projeto

BRASÍLIA — Quem tinha alguma esperança de que a Comissão de Sistematização votaria sem dificuldades, neste fim de semana, o projeto de Bernardo Cabral pode perder o otimismo: o grupo conservador, capitaneado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e que fizera um acordo para permitir a aprovação do projeto, voltou atrás e decidiu brigar em plenário para forçar a modificação de alguns artigos.

A deputada comunicou sua decisão ao senador Afonso Arinos, presidente da comissão, e disse que conseguiu fazê-lo encaminhar ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um ofício informando que abrirá um prazo para que os insatisfeitos com o projeto de Bernardo Cabral possam apresentar recursos até as 15 horas de hoje.

Acerto — "Ficou acertado que Afonso Arinos deferirá todos os nossos pedidos de recurso", anunciava ontem à tarde a deputada, numa reunião com o grupo do qual participa com Oscar Correa, José Santana, Paes Lândim, Konder Reis, Luis Eduardo, Eraldo Tinoco, José Lins, Cristóvam Chiaradia e Francisco Dornelles. Até então, eles não sabiam quantos seriam esses recursos, porque Bernardo Cabral ainda não tinha autorizado a divulgação do seu projeto.

Para conseguir a aquiescência de Arinos para a apresentação de recursos, o grupo conservador mostrou ao senador que quem auxiliou Bernardo Cabral na elaboração do projeto cometeu várias incorreções, que não são admitidas como equívoco. Por exemplo, informando que incorporara um artigo da Comissão da Família, o projeto define assim a sociedade conjugal: "O casamento é forma de constituição da família". No projeto original, a definição é a seguinte: "O casamento é a forma de constituição da família". Com a supressão do artigo definido "A", o grupo de Bernardo Cabral conceituou casamento apenas como uma das inúmeras formas de constituição da sociedade conjugal.

Má-fé — Nessa conversa com Afonso Arinos, Sandra Cavalcanti demonstrou que Bernardo Cabral definiu empresa nacional com a informação de que absorvera o artigo aprovado pela Comissão da Ordem Econômica. Os artigos são totalmente diferentes e Sandra sustenta que houve má-fé ao se tratar desse assunto.

No próprio gabinete de Ulysses Guimarães, admitiu-se à tarde que o grupo de Bernardo Cabral incorreu em equívocos demais para que se considerasse isso apenas enganos. Sandra deixou lá a cópia xerográfica de um documento em que provava que as mesmas emendas apresentadas por conservadores e pemedebistas de esquerda tinham



Arinos altera prazos

Baianos tentam impedir divisão

SALVADOR — O governador Waldir Pires abriu na Assembleia Legislativa, a campanha de coleta de assinaturas para a emenda popular a ser apresentada à Constituinte contra a divisão da Bahia para a criação do estado de Santa Cruz, com a separação de mais de uma centena de municípios das regiões Sul e Sudoeste, produtoras de cacau e pecuária.

Em cerimônia simples porém marcada por forte conteúdo emocional e de *haimidade*, como destacaram vários oradores, o começo do processo da emenda popular que faz parte da campanha "A Bahia não se divide" levou ao prédio da Assembleia dirigentes políticos de todos os partidos, de entidades comunitárias e empresariais e de sindicatos de trabalhadores.

Em bairros da capital e em cidades do interior, já começou a coleta de assinaturas para a emenda contra o projeto de autoria do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), eleito pela região caucara.

avaliações diferentes. As primeiras eram consideradas de mérito e rejeitadas, e as outras eram sempre admitidas como emendas de adequação.

Disputa — Paralelamente a essa crise, que pode adiar em até uma semana a aprovação do projeto de Bernardo Cabral (os conservadores são maioria no plenário da Comissão de Sistematização), há uma disputa entre assessores, que pode estar na origem do problema. Capitaneando esses desentendimentos, estão Eduardo Jorge (assessor de Fernando Henrique Cardoso) e Antônio Sampaio (assessor de Afonso Arinos), que há dias tentava convencer o presidente da Comissão de Sistematização que o grupo que auxilia Bernardo Cabral estava agindo ideologicamente no exame das emendas.

Eduardo Jorge era o principal oponente à entrada do grupo de Sandra Cavalcanti no Prodasen, onde Bernardo Cabral trabalhava com Fernando Henrique Cardoso, José Inácio, Wilson Martins e Nelson Jobim no exame das emendas. "Esses funcionários tiveram a pretensão de fechar as portas do Prodasen para nós, que estamos aqui para fazer a Constituição. Como achar que somos intrusos?", disse Sandra Cavalcanti a Afonso Arinos.

Sessões extras já têm data marcada

BRASÍLIA — A Constituinte realizará 18 sessões extraordinárias a partir do dia 18 que, somadas às 22 outras previstas até o dia 26 de agosto, permitirão que 392 constituintes usem a tribuna pelo menos uma vez, por 20 minutos, para discutir o projeto de Constituição. A determinação consta de circular que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, enviou a todos os parlamentares, com o cronograma dos trabalhos para os 40 dias em que o projeto estará no plenário da Assembleia.

Segundo Ulysses, o prazo começará a contar no mesmo dia em que se realiza a convenção do PMDB, no próximo sábado 18. Por isso, os trabalhos em plenário devem iniciar-se somente na segunda-feira, dia 20. Nesse mesmo dia começam a ser recebidas, também, as emendas populares. Mas os constituintes poderão, já a partir do dia 18, apresentar emendas. O prazo para a apresentação de emendas é de 30 dias corridos, terminando em 16 de agosto.

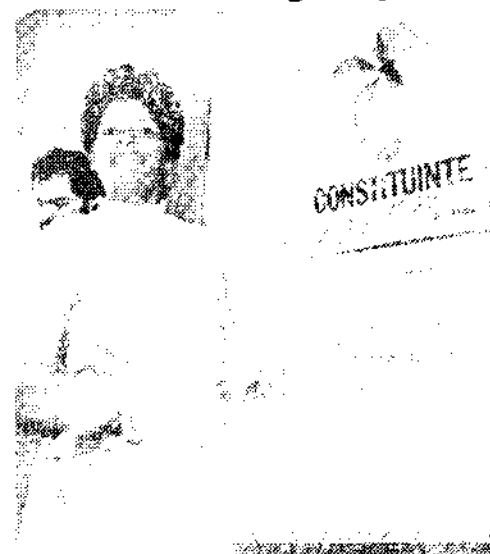
Gaúchas pedem creches e emprego

Porto Alegre — Mais creches, igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego, mais informações sobre métodos anticoncepcionais e melhores condições de moradia foram algumas das reivindicações feitas por cerca de 50 mulheres carentes que participaram da reunião promovida pelo Centro de Promoção da Mulher, o Pró-Mulher da LBA gaúcha. A reunião analisou a proposta popular de emenda à Constituição, que prevê direitos e garantias às mulheres.

Faxineiras, domésticas, donas-de-casa, operárias desempregadas e aposentadas, acompanhadas dos filhos e muitas com título eleitoral na mão discutiram, entusiasmadas, por mais de duas horas todos os pontos da proposta. Elas foram orientadas pela psicóloga Elaine Tubino e pela advogada Maria Isabel Beck sobre o significado do voto e da Constituinte. Depois assinaram a proposta, demonstrando satisfação por saberem que "também as mulheres pobres podem fazer alguma coisa por sua vida", como desabafou Tereza Vieira, viúva, dona-de-casa com quatro filhos para criar com a minguada pensão do marido, de CZ\$ 1 mil 100.

Dramas — Durante a reunião, algumas relataram seus dramas pessoais, como Vera Lúcia Castro, 28 anos, desempregada, que disse ter sido rejeitada para trabalhar numa multinacional pelo fato "de ser negra e mulher". Para Sandra Schommer, 28 anos com duas filhas, "o importante é ganhar um salário bom num só emprego ao invés de dois empregos e ganhar mal". Como faxineira, trabalhando três dias por semana, diz que ganha muito mais do que o salário mínimo.

Também faxineira, Nize Martins de Souza, 37 anos, seis filhos, só ficou sabendo agora o que é Constituinte, mas está segura do que quer: "Mais creches e mais empregos. Não quero ficar pobre a



Nize tem seis filhos

vida inteira, quero melhorar de vida". Através da LBA pretende conseguir o divórcio do primeiro marido, com quem viveu por 12 anos, sendo continuamente espancada.

Essa foi a terceira reunião promovida pelo Pró-Mulher da LBA, que pretende realizar mais duas, até o final do mês. Através das reuniões, foram coletadas mais de 150 assinaturas à proposta de emenda popular, embora a superintendente regional da entidade, Mercedes Rodrigues, ressalte que "o importante não é quantidade e sim a qualidade, uma vez que elas estão discutindo questões teóricas e querem soluções imediatas".

Brasília — Wilson Pedrosa



Frota da UDR: mobilização para uma batalha que talvez não ocorra

Na UDR, o medo da viagem perdida

BRASÍLIA — Instalados no luxuoso Hotel Carlton, dirigentes da UDR viviam uma amarga expectativa às 19h 40min. Foram transferidas para a manhã de hoje as negociações em torno de um acordo que evitará a votação, na Comissão de Sistematização, do anteprojeto do relator Bernardo Cabral. Não havendo votação, a UDR terá perdido sua viagem até a capital, onde pretendia pressionar os constituintes contra avanços no projeto de reforma agrária.

Durante todo o dia, sem saber do que se passava no Congresso, fazendeiros e peões, animados por um trio elétrico mas sob a vigilância de oficiais do CIEx (Centro de Informação do Exército) e do Corpo de Bombeiros, preparavam-se, no Parque da Cidade, para a manifestação que começa às 10h da manhã. Até o final da tarde, estavam em Brasília menos de 10 mil pessoas, ao contrário das 30 mil anunciadas pela UDR. "Aguardem amanhã, teremos 30 mil", prometia Ronaldo Caiado, presidente da UDR.

Conversando com Caiado, fazendeiros e peões em busca de informações, o coronel Ciro Albuquerque, do Centro de Informações do Exército explicava: "Segurança é segurança. Não interessa se a manifestação é da direita ou esquerda, nosso papel é cuidar da segurança". Ao encontrá-lo, o coronel Ramos, do Corpo de Bombeiros indagou:

— Como vai, coronel? Está na organização do encontro?

— Não, estou a trabalho, vendo como andam as coisas — respondeu Albuquerque, constringido mas já sabendo que a mobilização da UDR, ao menos até ontem à tarde, era menor que a anunciada.

No Parque da Cidade, cedido à UDR pelo governador José Aparecido, estão 16 lonas de circo e uma centena de barracas de *camping*. "No máximo, segundo eles próprios, estão aqui hoje umas 15

mil pessoas", disse Albuquerque. Na verdade, durante a tarde, não haviam sequer 10 mil.

O coronel Ramos, dos Bombeiros, informado de um espetáculo pirotécnico que aconteceria à noite, demonstrava preocupação: "Lonas de circo, botijões de gás, barracas de *camping* e material inflamável em quantidade. Tudo isso preocupa muito, a segurança em relação a isso é praticamente nada aqui".

Com mais três oficiais do CIEx, o coronel Albuquerque seguia conversando com dirigentes da UDR. Soube, certamente, que boa parte deles veio em 30 aviões, que estão estacionados no pátio da Infraero, no aeroporto. Constatou que não havia motivo para preocupações. O maior movimento se deu em torno do trio elétrico "Tiete Vip's", da Bahia, que com a música "É Faraó", ensinava a *dança da galinha*, sucesso no último carnaval em Salvador.

Quem circulou pelo parque constatou que os dirigentes da UDR, bem vestidos e limpos, chegavam em grupos vindo dos hotéis. Os pequenos produtores e trabalhadores das fazendas, depois de duas noites mal dormidas, descansavam debaixo de árvores e dentro dos maleiros dos ônibus. A agência LPM, aplicando uma pesquisa de opinião, deve ter se surpreendido com o nível de desinformação da maioria dos presentes.

A LPM queria saber se o governo Sarney e os ministros da Fazenda e da Agricultura são "bons, regulares ou ruins", mas não investigou a opinião sobre a reforma agrária. Se o fizesse com algumas das próprias pessoas que entrevistou, como Adair Almeida Costa, 26 anos, do Espírito Santo, ouviria: "Nós estamos preocupados com a reforma, que quer tirar a terra de quem tem."